

PALÁCIO DA ALVORADA, BRASÍLIA, DF, 7 DE SETEMBRO DE 1995

*Senhoras e Senhores; Ministro Pertence, Presidente do Supremo Tribunal; Dr. Cristovam Buarque, Governador de Brasília; Senhores Ministros; Senhores Representantes dos vários segmentos da sociedade brasileira;*

Hoje, 7 de setembro, é a nossa maior data. É uma data na qual nosso povo comemora, há 173 anos, a nossa história de luta pela liberdade, a luta pelo fim da escravidão antiga, a luta por eleições livres e limpas, a luta por uma Constituição que assegure os direitos, a luta pelos direitos do trabalhador, a luta contra o totalitarismo, tanto na Europa quanto no Brasil; a luta contra o autoritarismo, a luta pela restauração da democracia.

Essa luta pela liberdade, essa luta que se confunde com a democracia, é uma luta incessante, é uma luta cotidiana, e nós conseguimos vitórias importantes. Nós estamos, no Brasil, construindo uma democracia verdadeira. As palavras do Milton, dizendo por que e como ele explica, lá fora, o sentimento que ele tem de amor ao Brasil, são um exemplo disso. São um exemplo de que nós estamos aqui, pouco a pouco, conseguindo o que é importante, conseguindo não só que existam instituições livres e democráticas, mas que haja também um senti-

mento de todo o povo, das crianças, dos adultos, dos mais idosos, um sentimento de carinho e de amor uns pelos outros e pelo País.

E hoje há uma vontade imensa de participação. Hoje nós estamos nos organizando, nós, eu digo, o Brasil todo, para defender a natureza, para defender o direito do consumidor, para continuar lutando contra a corrupção, para defender os direitos do homem, da mulher, em todas as formas em que essa luta pela liberdade possa assumir um caráter de ampliação do número daqueles que por ela lutam e de participação mais ampla.

Luta em defesa também da igualdade, para que as diferenças de sexo, de gênero não sejam impeditivas da realização dos potenciais da pessoa humana; luta pelo respeito nas diversas fases da vida, da criança até o mais idoso; luta para que os portadores de deficiências físicas sejam tratados condignamente, com respeito, como têm direito; luta contra a discriminação do índio, do negro. Mormente agora, que estamos, neste ano, para comemorar os 300 anos do Zumbi, temos que afirmar, com muito orgulho mesmo, a nossa condição de uma sociedade plurirracial e que tem muita satisfação de poder desfrutar desse privilégio de termos, entre nós, raças distintas e de termos também tradições culturais distintas. Essa diversidade é que faz, no mundo de hoje, realmente, a riqueza de um país.

E agora que estamos nos aproximando do século XXI, essa luta pela liberdade e pela democracia tem um nome específico: chama-se Direitos Humanos. Esse é o novo nome da luta pela liberdade e pela democracia. (*Palmas.*) E, nesta data simbólica do Brasil, nós estamos assistindo também a essa vontade do nosso povo de não apenas falar de direitos humanos, mas de garantir a sua proteção. E cada um tem que fazer a sua parte.

O Governo, não só por um compromisso pessoal do Presidente da República, mas no seu conjunto, já assumiu esse caminho. O Ministério do Trabalho está engajado numa luta sem trégua contra o que se chama de trabalho forçado. Ainda ontem, tivemos uma solenidade na qual não só o Milton, mas também o Gil, os Presidentes das grandes federações e confederações de trabalhadores vieram se somar a essa mesma palavra. E o Ministro do Trabalho levou adiante essa campanha.

Nós não podemos agora, no limiar do século XXI, tolerar formas desumanas de exploração do trabalho, o trabalho infantil, o trabalho forçado, que é denominado, muitas vezes, até, de trabalho escravo. O Governo está atento a isso e trabalhando, numa luta sem tréguas, contra esse tipo de degradação do ser humano.

Nós lançamos um programa que vai permitir o pagamento, dentro das condições do Brasil, de um salário mínimo a todos os idosos de mais de 70 anos que não tenham condições de sobrevivência por conta própria e aos portadores de deficiências físicas. Serão centenas de milhares de pessoas, talvez milhões, não sei. Mas é a responsabilidade da sociedade, e o Governo, neste momento, apenas faz aquilo que a sociedade deseja nesse sentido.

O Ministério da Justiça está empenhado também em combater a prostituição infantil e em promover o ensino dos direitos humanos às forças policiais; ou seja, em que nós, do Executivo, tenhamos uma atitude condizente com o que espera o Brasil de nós, sobretudo os mais moços e as crianças. Mas nem tudo depende do Executivo.

Nós contamos também com a ação do Legislativo, que tem responsabilidades enormes nessa matéria. Até hoje, não foi tipificado o crime de tortura, que é uma exigência constitucional, e nós vamos precisar marchar nessa direção. É preciso aprovar o projeto de 1994 de reformulação do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, para que ele possa ter responsabilidades mais efetivas.

Há muitos anos, eu participei, como representante da oposição, então, do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana e, num dado momento, renunciei, porque percebi que não adiantava, não tínhamos os instrumentos. Nós sabíamos quem eram os criminosos, quem matava, muitas vezes, nesse interior do Brasil, violentamente, por causa da terra ou por causa de banditismo de todo tipo, mas não tínhamos a eficiência necessária para poder combater e punir os responsáveis.

Também no Legislativo existe um projeto, deste ano, de proteção às testemunhas nas investigações criminais, porque, não havendo proteção às testemunhas, ela, muitas vezes, se sente inibida e não tem condições de, efetivamente, dizer o que sabe e, assim, impede que a socieda-

de, através da justiça, possa cumprir os seus objetivos de restaurar, muitas vezes, a dignidade pública e, outras vezes, coibir violações de direitos da pessoa.

E o Judiciário também terá o momento de dar a sua cooperação nesse espírito do Brasil, de um Brasil que quer realmente passar a limpo, virar – como eu disse recentemente, ao falar dos desaparecidos – uma página da História.

Nós temos aí violações graves que não puderam, ainda, chegar a seu termo, no Carandiru, na Candelária, em Vigário Geral, nos jovens desaparecidos de Acari; e, mais recentemente, em Corumbiara. E precisamos ter instrumentos que permitam que haja uma punição exemplar, não pelo sentido de vingança – não será o rancor nem o ódio que vão reconstruir o Brasil no amor da pessoa humana, no respeito ao direito da pessoa humana – mas num sentido, mesmo, de restabelecer as condições de convivência.

Muitas vezes, é inaceitável saber-se que existe o criminoso e não se ter condições para que ele seja punido, seja o crime de que coloração tenha sido, seja ele de colarinho branco ou não. E a verdade é que muitas vezes não há condições, porque a justiça não dispõe dos instrumentos para tanto, não dispõe de uma legislação adequada e muitas vezes sequer dos meios materiais para agir mais rapidamente.

Em suma, nós precisamos de um compromisso de cada um de nós nessa luta pelos direitos humanos, que é, hoje, repito, a verdadeira luta pela democracia.

Para isso, nós precisamos mobilizar a sociedade; mobilizar a sociedade e fazer chamar a atenção da sociedade para os temas pertinentes. Por exemplo, agora em setembro, estamos vendo que há uma grande conferência – as Nações Unidas têm feito várias sobre questões de direitos humanos, mas, neste momento, se realiza na China, em Pequim, e a Ruth, minha mulher, lá está, na delegação brasileira. É um mês que nós deveríamos dedicar à questão da mulher.

No mês seguinte, o mês de outubro, nós poderemos falar sobre a criança, o mês da criança. Depois, em novembro, o mês da questão do negro, por causa do dia 20 de novembro, que é de Zumbi. E assim por

diante. Não com o objetivo de fazer propaganda, não com o objetivo de dizer: “O Governo está fazendo.” Não! Quem está fazendo é o País. Quem tem que fazer somos nós todos juntos, com o único objetivo de realmente termos, cada vez mais, condições de ter amor a esta pátria e podermos dizer, como disse o Milton Nascimento há pouco, aqui, que lá fora nós podemos dizer com tranqüilidade: “Há injustiças, sim, mas nós as estamos combatendo.” E nós estamos combatendo com seriedade, estamos combatendo com confiança.

Enfim, isso, hoje, no Brasil, é uma exigência nacional, e nós temos todas as condições – mais do que condições – de fazermos, juntos, o Governo, o Legislativo, o Judiciário, a sociedade, as Organizações Não-Governamentais, realmente aquilo que esperam de nós.

Tendo em vista essa necessidade de chamarmos a atenção para todos esses problemas, estamos, agora, criando o Prêmio de Direitos Humanos, que será atribuído no dia 10 de dezembro, aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Esse foi um prêmio que foi possível organizar porque houve empresários que se dispuseram a contribuir.

E nós estamos criando um comitê de julgamento presidido pelo Ministro da Justiça e composto por onze personalidades, que já se dirão quais são. Esse prêmio será dado àquela Organização Não-Governamental, àquela pessoa ou àquele setor do Estado que se tenha distinguido na luta pelos direitos humanos.

Nós precisamos, também, fazer o plano nacional dos direitos humanos, porque, na Declaração de Viena de 93, o Brasil teve um papel muito ativo no que aí foi aprovado. Chegou a hora de mostrarmos, na prática, num plano nacional, como vamos lutar para acabar com a impunidade, como vamos lutar para, realmente, fazer com que os direitos humanos sejam respeitados.

Estamos realizando esta cerimônia simples aqui, no jardim do Alvorada, depois de uma parada militar, e hoje, à tarde, nós vamos ter aí, na Praça dos Três Poderes, uma festa popular, porque a data de 7 de Setembro é uma data do povo, do País. Agora, nós vamos ter aqui o encerramento desta cerimônia com a apresentação do Milton Nascimento e dos corais Curumins e Rouxinóis, que vieram nos alegrar para come-

morar o Dia 7 de Setembro, com esta homenagem que nós prestamos a todos aqueles que precisam de uma posição mais forte e mais firme em defesa dos seus interesses, diminuindo as desigualdades.

Então, temos que fazer, neste momento, uma reflexão sobre o que somos, sobre o que queremos, porque o País somos nós. Essa é a realidade. O País somos nós, e nós sabemos o que queremos. E, por consequência, temos este momento, agora, da emoção popular e nacional, do sentimento de um Brasil que acredita em si, que acredita em seu povo e que cansou da injustiça, cansou da falta de direitos efetivos, de proteção às suas minorias, aos que são discriminados.

Nada melhor, no Dia da Pátria – que nós comemoramos com tanto orgulho, até, eu diria, ao assistir àquela parada militar bonita, ao ver que temos uma tradição que vem de longe, em defesa do nosso solo, da nossa soberania, temos tradições das quais podemos nos envaidecer –, do que termos aqui, reunidos, todos nesta festa simples, simbólica, fazendo uma reflexão sobre essa questão dos direitos humanos e poderemos dizer com muita tranquilidade, com muita satisfação: “O País somos nós e este é um grande País.”

Muito obrigado.